



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo:	030000674/2016
Data:	
Folhas:	01 54
Rubrica:	

RECURSO VOLUNTÁRIO

AUTO DE INFRAÇÃO N° 00947/15

VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: R\$ 2.693,58

RECORRENTE: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A

Senhor Presidente e demais membros do Conselho de Contribuintes:

Iniciou-se o processo em epígrafe por meio do Auto de Infração n° 00947/15 referente ao não recolhimento de R\$ 1.683,49 a título de ISS na qualidade de responsável tributário nos períodos de outubro e novembro de 2014.

Irresignada com a cobrança, AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. protocolou impugnação a ela em 7 de janeiro de 2016, aduzindo a ilegitimidade ativa do Município de Niterói, porquanto alega que o prestador do serviço está estabelecido no Município do Rio de Janeiro

As Notas Fiscais de Serviço referentes à suposta infração, emitidas pelo sistema eletrônico do Rio de Janeiro, foram juntadas aos autos às fls. 9 e seguintes.

Em manifestação de fls. 33, a primeira instância proferiu decisão indeferindo a impugnação e mantendo o lançamento, contra a qual se insurgiu a requerente por meio de Recurso Voluntário, protocolado em 24/05/2016, repisando os argumentos da Impugnação.

É o relatório.

O serviço sobre o qual o Auto de Infração que inaugurou a celeuma versa é o de instrução e treinamento, consubstanciados nos itens 8.02 da Lei 2597/08.

O cerne da questão, e ponto nevrálgico da impugnação ao referido auto, envolve a possibilidade de Niterói tributar essa prestação, ainda que a requerente alegue que prestador está estabelecido no Rio de Janeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030000674/2016
Data:
Folhas:
Rubrica:

O questionamento refere-se, então, aos limites da competência tributária e a eventual conflito positivo de competência, observado quando Niterói busca tributar um fato gerador entendido pelo contribuinte originariamente como apto a ensejar a tributação em outro Município, conforme se depreende da leitura das Notas Fiscais emitidas.

O constituinte delegou ao legislador complementar a resolução dessa questão por meio do art. 146:

Art. 146. Cabe à lei complementar

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar

É no caso do Imposto sobre Serviços, essa competência foi exercida por meio da Lei Complementar 116 de 2003, em cujo art. 3º encontra-se a definição do local de prestação do serviço, aspecto espacial do fato gerador do ISS.

Vejamos:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local

Destarte, optou o legislador complementar, no uso da competência que lhe fora atribuída pelo constituinte, por considerar o local do estabelecimento do prestador como local da prestação de serviços, salvo nas excepcionais hipóteses estatuídas pelo legislador dos incisos I a XXV.

Convém ressaltar que o serviço prestado não está entre os excepcionados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo:	030000674/2016
Data:	
Folhas:	55
Rubrica:	

O prestador, estabelecido no Rio de Janeiro, pautou seu comportamento no que tange às obrigações tributárias de acordo com o estabelecido na legislação, declarando o Imposto sobre Serviços para o Município onde se encontra estabelecido.

Nesse sentido também converge o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:


0000941-48.2017.8.19.0066 - APELAÇÃO

Des(a). CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA - Julgamento: 11/06/2019 -
VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL. ISSQN. SERVIÇOS NÃO ELENCADOS NO ROL DO ART. 3º DA LEI 116/03. COMPETÊNCIA PARA COBRANÇA DO TRIBUTO. MUNICÍPIO EM QUE SE SITUA O DOMICÍLIO DO PRESTADOR. 1. Trata-se de embargos à execução fiscal, esta visando a satisfação de crédito de ISS não pago nos meses de novembro/2005, dezembro/2006, e junho a julho/2007 (CDA 00.985.956-0) em decorrência de não repasse de valores retidos em contratos de prestação de serviços firmados entre a CSN, como substituta responsável, e a KPMG Risk Advisory Services Ltda. 2. O crédito só foi efetivamente constituído com a notificação do devedor em 31/03/2011, quando já ultrapassado o prazo decadencial quinquenal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030000674/2016
Data:
Folhas:
Rubrica: 

relativo ao exercício de 2005. 3. No tocante aos fatos geradores ocorridos em 2006 e 2007 o prazo decadencial foi interrompido pela notificação do devedor. Contudo, persiste quanto a estes exercícios a arguição de incompetência do município de Volta Redonda para cobrança do tributo em questão, que foi corretamente acolhida na sentença de extinção do feito. 4. Com efeito, nos termos da Lei Complementar nº 116/03, a regra geral acerca do local de incidência do ISSQN é o domicílio ou estabelecimento prestador do serviço, ressalvadas as hipóteses taxativas previstas nos incisos I a XXV, do art. 3º do referido diploma, em que o imposto será devido no local da prestação do serviço. 5. No caso, o ISSQN está incidindo sobre o faturamento de honorários da KPMG-Brasil, por serviços profissionais prestados à executada, consistentes em exame das demonstrações financeiras da CSN e empresas controladas, e assessoria na implementação e adaptação das práticas de governança corporativa de empresa controlada da executada. 6. Tais atividades não estão elencadas dentre as previstas nos incisos I a XXV do art. 3º, visto que são serviços que não exigem a prestação no local em que se situa a tomadora, sendo executados na sede da empresa contratada, situada em São Paulo, e não Volta Redonda. 7. Honorários de sucumbência adequadamente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, menor percentual previsto nos incisos do § 3º do art. 85 do Código de Ritos, não se configurando quaisquer das hipóteses autorizadas da fixação por apreciação equitativa. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO.

0313080-28.2015.8.19.0001 - APELAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030000674/2016

Data:

Folhas:

Rubrica:

56

Des(a). CRISTINA TEREZA GAULIA - Julgamento: 06/08/2019 - QUINTA
CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível. Tributário. Ação de consignação em pagamento. Dúvida quanto ao titular do crédito tributário de ISS decorrente da prestação de serviço de limpeza externa dos tubos de convecção dos fornos, prestado pela autora. Bitributação sendo aplicada pelos Municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias. **Estabelecimento da empresa-autora no Município do Rio de Janeiro, sendo apenas a execução do serviço realizada no Município de Duque de Caxias. Imposto sobre serviços devido no local em que se encontrar o estabelecimento do prestador, salvo quando inexistir estabelecimento do contribuinte ou se no local em que o serviço tiver sido efetivamente prestado houver um estabelecimento do contribuinte representativo de unidade econômica ou profissional, devendo, então, ser recolhido para o Município em que tiver ocorrido a prestação do serviço.** Interpretação dos arts. 3º e 4º da LC nº 116/03 pelo STJ em sede de recurso especial representativo de controvérsia (REsp 1060210/SC). Alinhamento da jurisprudência do TJRJ. Caso concreto que revela a capacidade tributária ativa do Município do Rio de Janeiro, sendo indevida a cobrança pelo Município de Duque de Caxias. Correção monetária e juros moratórios sobre os valores a serem devolvidos pelo Município vencido. Incidência do art. 1º-F da Lei nº 9494/97, em suas redações original ou modificada pela Lei nº 11960/09, que se encontra em discussão nos Tribunais Superiores. Fixação dos índices que se remete para a fase de execução. Ônus sucumbenciais corretamente impostos ao Município de Duque de Caxias, vencido na demanda. Incidência dos arts. 82, §2º, 85, caput e 546, ambos do CPC/15. Verba honorária adequadamente fixada pelo Juízo de 1º



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030000674/2016

Data:

Folhas:

Rubrica:

grau no percentual mínimo previsto na regra processual. Sentença de procedência que se reforma em parte. Provimento parcial do recurso.

Pelos motivos acima expostos, opino pelo conhecimento do Recurso Voluntário e seu PROVIMENTO para cancelar o Auto de Infração guerreado.

Niterói, 29 de agosto de 2019.


Rafael Henze Pimentel
Fiscal de Tributos
Matrícula 243.852-0



MUNICÍPIO DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA 957, 987, 5ª ANDAR
NITERÓI - RJ
71 25209403 - CNPJ: 26.521.748/0001-50
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030000674/2016
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 03/09/2016
Hora: 16:40
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Pública Sim

Nilceia de Souza Duarte
Data: 03/09/2016

Processo : 030000674/2016
Data : 07/01/2016
Tipo : IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO
Requerente : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº 00647, DE 30/01/2015

Titular do Processo : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
Hora : 15:58
Atendente : BRUNO CARDOSO FELIPE

Despacho : Ao
Conselheiro, **Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho** para relatar.
FCCN, em 04 de setembro de 2019


CONSELHEIRO REPRESENTANTE DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

301000674/16



O possível conflito já se viu dirimido pelas disposições do artigo 3º da Lei Complementar 116 de 2003 que define com clareza o Município responsável pelo recolhimento do imposto devido.

"Art. 3º. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos Incisos I e XXV, quando o imposto será devido no local".

Nestes termos, por medida de economia e celeridade processual, adoto como parte integrante deste voto, o parecer da lavra do Dr. Rafael Hense e dou provimento ao Recurso Voluntário para cancelar o Auto de Infração em questão.

É O MEU VOTO

Niterói, 10 de setembro de 2019.

Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

60
Conselho de Contribuintes
18/09/2019, 15:14:33



PREFEITURA DE NITERÓI

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº 030/000674/2016

DATA: - 18/09/2019

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

1142º SESSÃO HORA: - 12:00

DATA: 18/09/2019

PRESIDENTE: - Carlos Mauro Naylor

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Maria Elisa Bernardo Vidal
2. Márcio Mateus de Macedo
3. Luiz Felipe Carreira Marques
4. Eduardo Sobral Tavares
5. Manoel Alves Junior
6. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
7. Roberto Marinho
8. Roberto Pedreira Ferreira Curi

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o nºs. (01,02,03,04, 05,06,07,08)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o nºs. (X)

DIVERGENTES: - Os dos Membros sob os nºs. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob os nº.s (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM () NÃO (X)

RELATOR DO ACÓRDÃO: - Sr. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

FCCN, em 18 de setembro de 2019

SECRETÁRIA

Assessoria Jurídica
1104 2282310-6



PREFEITURA DE
Niterói

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

ATA DA 1142ª Sessão Ordinária

DATA: - 18/09/2019

DECISÕES PROFERIDAS

Processo 030/000674/2016

RECORRENTE: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

RECORRIDO: Secretaria Municipal de Fazenda

RELATOR: - Sr. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

DECISÃO: - Por unanimidade de votos a decisão foi no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário, reformando a decisão de Primeira Instância, conseqüentemente, recurso conhecido e provido.

EMENTA APROVADA
ACÓRDÃO Nº 2435/2019

"ISS – RECOLHIMENTO. COMPETÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR 116/2003. ART. 3º. Tratando-se de cursos profissionalizantes ministrados em Niterói por empresas sediadas em outro município, a competência para cobrança é do município onde encontra-se domiciliado a empresa prestadora dos serviços a teor do que dispõe o dispositivo legal em epígrafe. Recurso Voluntário que se dá provimento."

FCCN, em 18 de setembro de 2019


CONSELHO DE CONTRIBUINTES (CCO)
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

Recursos do Conselho de Contribuintes
18/09/2019 09:14:02



RECURSO: - 030/000674/2016
"AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A"
RECURSO VOLUNTÁRIO

Senhora Secretária,

Por unanimidade de votos, a decisão deste Conselho foi no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário, reformando a decisão de primeira Instância, conseqüentemente, recurso conhecido e provido.

Face ao exposto, submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do art. 86, inciso II da Lei nº 3368/2018.

FCCN, em 18 de setembro de 2019.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE



MUNICIPIO DE NITEROI

RUA VISCONDE DE SEPTEIMA, 987, 987. 6ª ANDAR
NITEROI - RJ
21 26200403 - CNPJ: 28.521.748/0001-00
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030000674/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 23/09/2019
Hora: 15:18
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

63
Cópia de acordo com
Art. 226, § 1º, I

Processo : 030000674/2018
Data : 07/01/2018
Tipo : IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO
Requerente : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 00947, DE 30/11/2018

Titular do Processo : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Hora : 15:56
Atendente : BRUNO CARDOSO FELIPE

Despacho : Ao
FCAD,

Senhora Coordenadora,

Face o disposto no art. 20, nº, XXX e art. 107 do Decreto nº. 9735/05 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes) solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:

"Acórdão nº 2435/2019: - ISS - -RECOLHIMENTO, COMPETÊNCIA, LEI COMPLEMENTAR 116/2003. AT. 3º. TRATANDO-SE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES MINISTRADOS EM NITERÓI POR EMPRESAS SEDIADAS EM OUTRO MUNICÍPIO, A COMPETÊNCIA PARA COBRANÇA É DO MUNICÍPIO ONDE ENCONTRA-SE DOMICILIADO A EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS A TEOR DO QUE DISPÕE O DISPOSITIVO LEGAL EM EPÍGRAFE. RECURSO VOLUNTÁRIO QUE SE DÁ PROVIMENTO."

FCCN, em 23 de setembro de 2019

recibo de entrega
2019.09.23

Ao FCCN,

Publicado D.O. de 26/10/19
em 28/10/19
SIL 29/10/19 MLB Faus

Maria Lucia H. S. Farias
Matricula 239.121-6

Este ato, aprovado pelo Conselho de Administração Técnica, emite-se por ordem do Diretor de Engenharia Privada, que comprime em ordem de preferência e ordem de classificação de formação de preço, ficando com prioridade de execução a proposta com maiorista e com menor preço, em respeito ao princípio da eficiência.

030/000 674/2019

64

Maria Lucia H. S. Farias
Matrícula 230.121-0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEN PÚBLICA
Ato do Secretário

PORT. n.º 054/2019, de 25 de outubro de 2019 - Designar Major do Sanece de Moraes, Subsecretário Administrativo, Matrícula 124.243-3, para exercer a Secretaria Operacional de Equipe Oliveira de Marilândia, Matrícula 124.158-1 e o Edital Operacional de Equipe de Defesa - Marilândia - 124.243-1, com a finalidade de prestar o acompanhamento, execução e fiscalização do serviço de manutenção e segurança do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Planejamento do Município de Itaboraí, através da Secretaria Municipal de Ordem Pública, com o objetivo de executar a operação SEGURANÇA PRESENTE NITEROI.

EXTRATO Nº 04/2019-SEDP
Convênio Nº 04/2019

INSTRUMENTO: Convênio nº 04/2019 PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADOS DO GOVERNO E MUNICIPALIDADE DE NITERÓI, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEN PÚBLICA, com o objetivo de executar a operação SEGURANÇA PRESENTE NITEROI. OBJETO: Operação de Polícia Policial de apoio à segurança da população da Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, denominada Operação Segurança Presente Niterói, conforme detalhada no Plano de Trabalho parte integrante do convênio VALOR: R\$ 83.984.313,38 (oito e três milhões, oitocentas e sessenta e quatro mil e trezentos e trinta e sete reais e dez centavos). PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir de 01 de janeiro de 2019, FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.989/95 e despachos emitidos no processo 1533018-9/2019. DATA DA ASSINATURA: 14/09/2019.

25, 27 e 28 de outubro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO SMP Nº 12/2019

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo do Contrato SMP Nº 001/2018 PARTES: MUNICÍPIO DE NITERÓI por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e a empresa: OMEGA ENGINEERING DE SOFTWARE LTDA., CNPJ nº 08.832.973/0001-22. OBJETO: Encargos da vigência do Contrato SMP nº 15/2018 e encargos de serviços de consultoria e montagem de 2 (dois) módulos de software em unidades de nome de IP 10.10.10.1 (de 10) unidades de software de R\$ 189, por mês, durante o prazo contratual de 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 113.057,88 (cento e treze mil, cinquenta e sete reais e oito centavos), em parcelas de R\$ 9.421,49. Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39.04.00.00 - Fone 188 - IPT 0145 - Hora de Emprego: 001844 FUNDAMENTO: Lei nº 2.895, de 21 de Junho de 1960, Decreto Municipal nº 11.488/2013 e demais legislações correlatas, bem como o Processo Administrativo nº 030/1742/2019. DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2019.

ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - CC

- 030001742/2019 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Acórdão nº 2429/2019 - ISS - Recurso voluntário, encaminhado através de carta de solicitação. Fato de elementos suficientes que caracterizam a existência de estabelecimento prestador no município de Niterói. Recurso conhecido e provido.
- 030001736/2019 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Acórdão nº 2427/2019 - ISS - Recurso voluntário. Otrgato principal - Serviço de entrega rápida de gás, gás, gás - Contrato firmado no subitem 26.31 - Serviço limitado de qualidade e atendimento fora do horário - Contrato 3.03, 14.01, 14.02, 17.34 - ISS - Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso voluntário conhecido e provido.
- 030000064/2019 - LETICIA MACEDO FIGUEIRA MOURA
Acórdão nº 2428/2019 - IPT - Recurso voluntário. Contrato principal - Fone 188 - IPT 0145 - Hora de Emprego - Recurso conhecido e provido.
- 030027948/2019 - COPEMAGLTD - EPP
Acórdão nº 2430/2019 - ISS - Recurso de conhecimento, recurso conhecido e provido decisão de primeira instância que julga procedente a impugnação da licitação. Sociedade empresária residente, não simples nacional. Incidência do IPT em possibilidade de constituição do crédito tributário apenas através do contrato EPP (EPP - Engenharia - Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido.
- 030005208/2019 - JACILENE GONÇALVES DE MEDEIROS
Acórdão nº 2431/2019 - ISS - Recurso voluntário, encaminhado através de carta de solicitação. Fato de elementos suficientes que caracterizam a existência de estabelecimento prestador no município de Niterói. Recurso conhecido e provido.
- 03000609/2019 - VANIA REGINA PEREIRA MATTAR
Acórdão nº 2432/2019 - IPT - Recurso voluntário, encaminhado através de carta de solicitação. Fato de elementos suficientes que caracterizam a existência de estabelecimento prestador no município de Niterói. Recurso conhecido e provido.
- 030017426/2019 - CURIM ENGENHARIA LTDA
Acórdão nº 2433/2019 - IPT - Recurso voluntário, encaminhado através de carta de solicitação. Fato de elementos suficientes que caracterizam a existência de estabelecimento prestador no município de Niterói. Recurso conhecido e provido.
- 030000674/2019 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Acórdão nº 2435/2019 - ISS - Recurso voluntário. Contrato principal - Serviço de entrega rápida de gás, gás, gás - Contrato firmado no subitem 26.31 - Serviço limitado de qualidade e atendimento fora do horário - Contrato 3.03, 14.01, 14.02, 17.34 - ISS - Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido.
- 030001744/2019 - 030001749/2019 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Acórdão nº 2436/2019 e 2437/2019 - ISS - Recurso voluntário. Contrato principal - Serviço de entrega rápida de gás, gás, gás - Contrato firmado no subitem 26.31 - Serviço limitado de qualidade e atendimento fora do horário - Contrato 3.03, 14.01, 14.02, 17.34 - ISS - Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido. Recurso conhecido e provido.